

Proposta de Resolução do Espaço Socialista ao III Congresso do SinTUFABC

As lutas da classe trabalhadora brasileira no último período

Nos anos de 2016/2017 os trabalhadores passaram por duras situações: o corte de verbas, a “lei antiterrorismo”, os ataques contra o funcionalismo, a PEC da morte (PEC 55), a nova lei das terceirizações, a aprovação da reforma trabalhista e a ameaça da reforma da previdência foram os ataques mais graves pelos trabalhadores já sofridos em anos. Tudo isso para garantir os lucros e o pagamento da dívida pública. Apesar dos ataques, houve resistência: os processos de mobilização que começaram na massiva manifestação das mulheres em 8 de março de 2017 foram crescendo até a maior greve geral da história do Brasil, no dia 28 de abril, e a Marcha Nacional à Brasília, no dia 24 de maio. O processo de mobilização foi muito grande e muitos nutriram a esperança que ele pudesse crescer ainda mais e de fato derrotar as reformas e os ataques em curso. Porém, além do inimigo declarado da classe trabalhadora – os grandes capitalistas, banqueiros e os governos que os representam –, tivemos que lidar com as várias traições das direções das grandes centrais sindicais – CUT, Força Sindical e praticamente todas as outras, com algumas exceções, como a CSP-Conlutas e as Intersindicais – e sindicatos que rifaram o futuro de toda uma geração de ativistas, desmontando as greves gerais de 30 de junho e 5 de dezembro, em troca da negociação do imposto sindical e outros itens que beneficiam suas direções vendidas.

É importante salientar – e se perguntar – qual o objetivo das direções da CUT, Força Sindical e demais centrais sindicais que estão no controle da classe trabalhadora brasileira. Devido ao número de ataques que temos sofrido, surgem reflexões de que agora a unidade é, mais do que nunca, necessária com esses setores. Se por um lado não descartamos a unidade de ação quando chamam à luta, não podemos esquecer que hoje a classe trabalhadora brasileira encontra-se na atual situação devido ao papel que cumpriram para desmontar o processo de mobilização de 2017; papel que têm assumido ao defenderem seus próprios interesses e até se tornarem gestores do capital. Além disso, os trabalhadores foram convencidos historicamente que a luta direta não era mais necessária, bastando que confiassem nas negociações entre as direções sindicais e a patronal. Para avançar na organização da classe trabalhadora será necessário não só denunciar, mas também enfrentar aqueles que atravancam a luta.

A situação do Brasil no contexto mundial

O capitalismo como sistema mundial passa por uma crise sem precedentes. Essa crise estrutural não é uma crise econômica qualquer, mas afeta, já a algumas décadas, todas as esferas sociais. Esse período tem várias características mas ressaltamos: o inchaço do capital financeiro (e sua dependência estrutural do Estado), as crises econômicas cada vez mais intensas e o desemprego estrutural (crônico e muito maior que nos períodos anteriores). Com as crises econômicas, a taxa de lucro dos capitalistas também cai e é aí que entram os vários projetos de privatizações e sucateamento dos serviços públicos, cortes de orçamento nas áreas sociais e reformas trabalhistas ou previdenciárias em todo o mundo, no intuito de recompor sua taxa de lucro, aumentando a exploração dos trabalhadores. Ao contrário do que querem nos fazer crer, tais medidas terão um efeito oposto ao de melhorar a economia e gerar empregos: com trabalhadores ganhando cada vez menos, quem vai consumir o que for produzido?

Não acreditamos que as políticas contra a classe trabalhadora sejam exclusividade de governos X ou Y, mas fazem parte de uma tendência mundial do

capitalismo em sua época de crise estrutural, que observamos em todos os países. A situação do Brasil e o avanço das reformas sob o governo Temer do MDB pode parecer que se trata apenas de uma política governamental e que a mudança de governo poderia surtir alguma alteração significativa em favor da classe trabalhadora. O petismo aproveita bem essa ideia e esconde que muitos dos desafios que enfrentamos tiveram sua origem nos governos do PT, como a criação da Força Nacional, a Garantia da Lei e da Ordem, e a implementação do ajuste fiscal e dos cortes orçamentários. O governo de Lula promoveu uma reforma da previdência, e essa reforma contra a qual lutamos hoje A foi ventilada no final do mandato de Dilma. Em 13 anos de governo do PT, houve aprofundamento da precariedade do trabalho, com o número de trabalhadores terceirizados que triplicou no período.

No mundo todo os proprietários e os Estados fazem a classe trabalhadora pagar a conta. A miséria, os retrocessos e a repressão avança a níveis gigantescos e a burguesia, para recuperar suas taxas de lucro, já não admite nem mesmo representantes de alianças de classe, impondo representantes diretos.

O SinTUFABC e a unidade das lutas

Conseguir conquistas para os trabalhadores hoje significa derrotar politicamente os governos, os patrões, o Congresso Nacional e até o Judiciário. As lutas localizadas não são suficientes para alcançarmos esses objetivos. Por isso é necessário organizar uma luta que unifique as diferentes reivindicações dos movimentos de trabalhadores e populares, inclusive a luta das mulheres, LGBTs, negras e negros, povos originários e outras, para criar um grande movimento político dos trabalhadores.

Nossa atuação prova a importância da unidade de diferentes lutas. O SinTUFABC é um sindicato muito pequeno, ligado a uma pequena central sindical, mas sua existência mostra a importância que tem uma organização de luta, combativa, autônoma e independente, mesmo que pequena. Nos últimos dois anos tivemos um papel fundamental em algumas lutas da região, em especial no ano de 2017 na construção da greve geral no ABC, na luta contra a reforma da previdência e na construção do Comitê do ABCDMRR Contra as Reformas e pela Greve Geral. Também travamos nossa própria luta pela paridade e aderimos às paralisações nacionais contra todos os ataques que temos sofrido. Nossa atuação em conjunto com outras entidades combativas da região (as subseções combativas da Apeoesp, por exemplo) fizeram com que a burocracia cutista tivesse que se mexer e também chamar atividades contra a reforma. Com nosso apoio, distribuimos mais de cem mil panfletos para a população de Santo André, além de organizar atividades e manifestações.

O sindicalismo hoje: uma abordagem anticapitalista

No atual período do capitalismo, como descrevemos acima, deixamos a reflexão sobre se é possível conquistas pontuais e localizadas, como aumento salarial ou benefícios. Afirmamos que é possível, mas que essas conquistas serão cada vez mais difíceis e limitadas, quando não rapidamente revertidas (vide diversos ataques que nossa categoria sofreu que dificultam a progressão do salário líquido, como a proibição de avanço do nível I diretamente para o IV na progressão por capacitação).

Para os trabalhadores é mais do que necessário derrubar o sistema capitalista e o próprio capital. Os sindicatos não podem ser parte da manutenção desse sistema, mas ajudar a superá-lo organizando os trabalhadores e intervindo para a construção de uma sociedade socialista.

Defender as conquistas democráticas, mas não se limitar a elas

Nesse estágio do capitalismo, as próprias conquistas democráticas estão em jogo. Novamente: não interpretamos que isso seja exclusividade de governo X ou Y (o avanço do autoritarismo também se deu em governos anteriores, conforme já assinalamos), mas uma necessidade do capital que precisa se tornar cada vez mais autoritário para destruir a resistência dos movimentos de luta. Conquistas democráticas importantes estão sendo atingidas: o estudante Rafael Braga, preso por portar Pinho Sol, a intervenção militar cada vez mais presente no dia a dia de cidadãos do Rio de Janeiro e do Brasil, a possibilidade de haver mandados coletivos para invasão das casas dos moradores de favelas, dentre outros exemplos, no Brasil e no mundo, só reforçam a denúncia do papel autoritário do capitalismo. Assim, é importante que o movimento dos trabalhadores também tenha em seu norte a defesa dos direitos democráticos.

Defender os interesses democráticos, no entanto, não é se limitar a eles. Desde 2013 há uma tentativa de desmobilização dos movimentos e ações diretas e a tentativa de canalizar a indignação para as eleições (isso parte tanto da institucionalidade – vide propagandas do TSE – quanto dos próprios partidos políticos e seus ativistas – vide a tentativa do PT de convencer que se Dilma ou Lula fossem presidentes, o problema estaria resolvido). Defendemos o direito da população de votar, um direito conquistado por gerações de trabalhadores, mas não acreditamos que qualquer eleição mudará a realidade dos trabalhadores no Brasil. Somente a luta e a classe trabalhadora organizada contra o capitalismo é a saída! O Brasil precisa de uma Grande Revolução!

Plano de lutas

- Redução de jornada de trabalho: 30h semanais para todos!
- Cotas proporcionais para negros, negras, indígenas e pessoas com deficiência nos concursos públicos;
- Contra as políticas restritivas de acesso aos espaços públicos: fim das catracas e dos muros.
- Contra o PDV e demais medidas de ataques ao funcionalismo e ao conjunto da classe trabalhadora;
- Paridade nos conselhos e demais órgãos colegiados. Fim dos membros natos!
- Defesa intransigente da autonomia universitária e da autonomia do movimento sindical e estudantil;
- Revogação imediata de todos os cortes na educação pública feitos pelos governos Dilma e Temer;
- Pela revogação da Lei 9.632, de 7 de maio de 1998, que extingue cargos públicos e dá espaço para a gestão privada dos Restaurantes Universitários, dentre outros;
- Pela revogação da reforma trabalhista e da lei das terceirizações;
- Contra todas as Contrarreformas Previdenciárias (federais, estaduais e municipais);
- Pelo não pagamento da dívida “pública” aos banqueiros e agiotas, para viabilizar melhores serviços públicos para a classe trabalhadora;
- 10% do PIB exclusivamente para a educação pública!
- Por uma educação pública, gratuita de qualidade e que atenda as necessidades humanas!
- Pela construção da creche universitária e da moradia estudantil para atender a demanda da comunidade acadêmica;

- Comissões compostas por estudantes, professores, trabalhadores terceirizados, servidores e pela comunidade que discutam e deliberem acerca das políticas de acesso físico e de segurança na universidade;
- Contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia;
- Construir comitês que unam a comunidade para organizar as lutas pela base;
- Por uma Greve Geral;
- Pela Revolução Socialista!